

Memórias da Resistência: Os Relatos e Reivindicações das Lideranças Guarani-Kaiowa Diante da Violência em Curso¹

Memories of Resistance: The Testimonies and Demands of Guarani-Kaiowá Leaders in the Face of Ongoing Violence

Tonico Benites²

RESUMO

A presente contribuição visa apresentar as memórias de integrantes de povos e comunidades tradicionais sobre as formas de atuação dos policiais do Estado do Mato Grosso do Sul- MS e os “pistoleiros/jagunços” das fazendas nas Terras Indígenas do povo Guarani-Kaiowa em conflito fundiário, ocorrida entre anos de 1980 e 2024. Metodologicamente, essa contribuição teórica parte da percepção de lideranças indígenas Guarani-Kaiowá, para destacar as reivindicações antigas das lideranças atendidas pelo Governo Federal a partir de 2023 para proteger às famílias/comunidades indígenas Guarani-Kaiowá ameaçadas. Para este trabalho, foram feitas reproduções dos trechos dos capítulos da tese e citando as traduções dos relatos das lideranças indígenas das terras indígenas recupadas em litígio, onde ocorreram os ataques às comunidades indígenas Guarani- Kaiowá, como massacres, torturas, remoção forçada e assassinatos de lideranças, promovidos tanto pelos jagunços e seguranças particulares contratados por fazendeiros quanto pelas ações policiais em operação para expulsão da comunidade indígenas das terras indígenas retomadas em conflito. Assim, o objetivo

¹ Nota editorial da Revista: A Revista Susp não dispõe de atribuições institucionais nem de recursos técnicos para apurar relatos de violência ou atender a demandas por reconhecimento, responsabilização ou reparação.”

² Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2004). Pós-doutorado (2018) pela PPGAS/MN/UFRJ, atualmente é professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS, coordenador Regional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas-FUNAI-de Ponta Porã-MS. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia da educação intercultural, relações Interétnicas, indigenista, atuando principalmente nos seguintes temas: o movimento étnico político dos povos indígenas , movimento contemporâneo do povo Guarani e Kaiowa, violações de direitos humanos indígenas, educação indígena e educação escolar intercultural e bilíngues. E-mail: tonicobenites2011@hotmail.com.

é destacar as reivindicações antigas das lideranças da organização Aty Guasu apresentadas para Governos Federal para proteção às comunidades e Terras Indígenas Guarani-Kaiowá, destacando os relatos das lideranças indígenas.

Palavras-chave: povo Guarani-Kaiowá; atuação policiais; reivindicação indígenas; proteção policial ao povo indígena.

ABSTRACT

This contribution aims to present the memories of members of traditional peoples and communities about the forms of action taken by police forces from the state of Mato Grosso do Sul (MS) and by armed farm henchmen (“pistoleiros/jagunços”) in Guarani-Kaiowá Indigenous Lands under land conflict, from the 1980s to 2024. Methodologically, this theoretical contribution starts from the perception of Guarani-Kaiowá indigenous leaders to highlight the longstanding demands of Guarani-Kaiowá leaders that began to be addressed by the Federal Government as of 2023, particularly concerning the protection of Indigenous families and communities under threat. The study draws on excerpts from chapters of a doctoral dissertation and includes translations of the testimonies of Indigenous leaders from reoccupied Indigenous territories in dispute, where attacks on Guarani-Kaiowá communities have occurred. These attacks include massacres, torture, forced removals, and assassinations of leaders, carried out both by hired gunmen and private security forces employed by landowners and by police operations aiming to expel Indigenous communities from reclaimed lands in conflict. The objective is to highlight the historical demands of the Aty Guasu organization’s leadership, presented to the Federal Government, for the protection of Guarani-Kaiowá communities and Indigenous Lands, emphasizing the testimonies of Indigenous leaders.

Keywords: Guarani-Kaiowá people; police actions; indigenous demands; police protection of Indigenous people.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo utiliza relatos e memórias de integrantes de povos e comunidades tradicionais sobre as formas de atuação dos policiais do Estado do Mato Grosso do Sul-MS e “pistoleiros/jagunços” das fazendas nas Terras Indígenas do povo Guarani-Kaiowa em conflito fundiário, ocorrida entre os anos de 1980 e 2024.

Para tanto, resgata as memórias de lideranças indígenas, suas reivindicações e lutas permanentes na organização Aty Guasu do povo

Guarani-Kaiowá pelos modos de atuação diferentes e dialogada dos policiais federais e militares para respeitar mais a cultura indígena. Sobretudo para proteger as terras e famílias/comunidades indígenas.

Assim, a demanda antiga da organização indígenas Aty Guasu é para garantir mais proteção às famílias/comunidades indígenas vítimas de violência variada em minúsculas terras indígenas – *tekoha* – retomadas/reocupadas em clima litigioso em processos de demarcação. Para este trabalho, foram feitas reproduções dos trechos dos capítulos da tese e das traduções dos relatos das lideranças indígenas das terras indígenas reocupadas/retomadas e em litígio, onde ocorreram os ataques ao povo Guarani-Kaiowá, como massacres, torturas, expulsão/remoção forçada e assassinatos de lideranças, promovidos tanto pelos jagunços e seguranças particulares contratados por fazendeiros quanto pelas ações policiais em operação para expulsão/remoção forçada da comunidade indígenas das terras indígenas retomadas em conflito.

Em resumo, essas operações policiais citadas para expulsão dos indígenas das terras indígenas retomadas foram realizadas tanto com ordem judicial quanto sem ordem judicial, segundo os relatos das lideranças indígenas Guarani-Kaiowá que são reproduzidos neste artigo, muitos dos quais foram extraídos da tese de doutorado do autor³. Além disso, na última década, as lideranças da organização Aty Guasu do povo Guarani-Kaiowá, através do documento escrito, solicitaram e solicitam ainda atuação da Polícia Federal e Força Nacional de Segurança Pública nas Terras Indígenas em processo de demarcação, exigindo investigação federal e a proteção às comunidades indígenas ameaçadas.

³ Descrevo a metodologia de coleta e tratamento de dados de forma pormenorizada em **“Rojeroky hina ha roike jey tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha”**, onde explico que os estímulos teóricos e empíricos que recebi para “eu não me limitar a ser meramente um informante e para que assumisse de fato a função de observar, analisar, refletir e criticar as pesquisas que abordavam e abordam os Guarani e os Kaiowá. Prossegui, realizando pesquisas empíricas de “participação-observante” (Albert 1997) nas áreas reocupadas e nos antigos Postos Indígenas (P.I.), observando o modo de ser e de viver de cada família extensa Guarani e Kaiowá através da metodologia antropológica” (2014, p. 15).

Assim, este ensaio tem por objetivo registrar e divulgar as histórias das formas da atuação policial em terras indígenas retomadas conflituosas, considerando a memória, a visão e os relatos das lideranças indígenas. Destaca-se também algumas das demandas e reivindicações antigas das lideranças Guarani-Kaiowá atendidas pelo Governo Federal em 2023 para proteger às famílias/comunidades indígenas Guarani-Kaiowá, localizadas na faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

2 BREVE HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS GUARANI-KAIOWÁ, APÓS A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA (1864-1870)

Inicialmente, conta-se a história da ocupação tradicional exclusiva dos territórios amplos *tekoha guasu* e, sobretudo, os significados vitais dos territórios na visão e na memória do povo Guarani-Kaiowá. Esses territórios tradicionais estão localizados nas margens das bacias dos rios do cone sul do estado do Mato Grosso do Sul, ao longo da faixa de fronteira Brasil – Paraguai.

É importante observar que tanto as memórias de líderes idosos quanto a literatura historiográfica e antropológica, além da documentação oficial do governo brasileiro, sobretudo dos arquivos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), demonstram que a presença do povo Guarani-Kaiowá é muito antiga nas regiões dos rios Brilhante, Dourados, Apa, Amambai, Iguatemi, Mbarakay, Yhovy e Ypytã, precisamente onde hoje estão os territórios *tekoha guasu* recupados e reivindicados pelo povo Guarani-Kaiowá. Naqueles *tekoha guasu* antigos havia recursos naturais, como rios e córregos para pescar e fontes de água para consumo. Nas proximidades das habitações indígenas, além de suas roças, na floresta e no campo (vegetações distintas em sua composição) era possível encontrar diversos animais de caça, árvores frutíferas, plantas medicinais, mel, etc.

A colonização dos territórios Guarani-Kaiowá ocorreu, sobretudo, após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), que envolveu o Brasil, a Argentina e o Uruguai contra o Paraguai. Os documentos históricos mostram que a política oficial de povoamento da faixa de fronteira avançou, primeiramente, nos territórios Guarani-Kaiowá. Mais especificamente, no período posterior à guerra, na década de 1880, o Estado brasileiro começou a abrir a região para o capital privado e

concedeu um enorme espaço de terras para a Cia. Matte-Laranjeira, permitindo a exploração exclusiva da erva-mate nativa na região onde estava localizado o território tradicional do povo Guarani-Kaiowá.

3 A HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO DE OITO RESERVAS/ POSTOS INDÍGENAS GUARANI-KAIOWÁ, ENTRE 1915 E 1928 PELO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI)

Observe-se, no entanto, que desde 1915, as primeiras e minúsculas Reservas Indígenas no atual Estado de Mato Grosso do Sul foram instituídas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O SPI, desconhecendo e desprezando o modo de viver dos Guarani-Kaiowá e de ocupar seus territórios, instituiu, entre 1915 e 1928, oito reservas ínfimas para confinar e aprisionar milhares de indígenas. Nessas reservas, o órgão federal impôs um ordenamento militar e nas mini reservas para melhor expropriar seus territórios. Várias famílias extensas/comunidades foram forçadas a se mudar para essas Reservas do SPI, mas muitas outras famílias conseguiram se manter nas matas da região. Assim, passaram os territórios indígenas a ser considerados “terra devoluta” e “terra vazia”, tornando-se o, portanto, objeto legal de comércio pelo governo e por particulares. Para o Estado brasileiro, então, as oito pequenas Reservas Indígenas criadas pelo SPI eram os únicos espaços de terras oficiais demarcadas e destinadas ao povo Guarani-Kaiowá até 1970.

4 A HISTÓRIA DA REMOÇÃO FORÇADA E EXPULSÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE SEUS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E O INÍCIO DA REAÇÃO E MOVIMENTO DAS LIDERANÇAS DO POVO GUARANI-KAIOWÁ A PARTIR DE 1970

Foi, principalmente, a partir das décadas de 1950 e 1970 que começou o período de remoção forçada, expulsão e dispersão das famílias indígenas de seus territórios tradicionais. Os novos ocupantes, pequenos e grandes fazendeiros, se apossaram dessas terras também por meio de relações com políticos locais, cartórios de registro de propriedade criados para esse fim, contando com a atuação de missionários, militares e de funcionários dos órgãos indigenistas do Estado, tanto o antigo SPI quanto a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e polícia indígena que o sucedeu. Para a expulsão e remoção forçada dos indígenas foi

usada grande violência e ataques verdadeiramente genocidas⁴. Desse modo, ao longo de boa parte do século XX, os governos passaram a comercializar os territórios tradicionais Guarani e Kaiowá localizados no atual cone sul de Mato Grosso do Sul.

Entretanto, os líderes indígenas, constrangidos e indignados, não assistiram passivamente à expulsão das famílias e à expropriação de seu território. Pelo contrário, muitas famílias começaram a resistir. Como reação à truculência que sofriam, surgiu, em meados de 1970, a organização Grande Assembleia Guarani e Kaiowá, o *Aty Guasu*. O objetivo era – e é – fazer frente ao processo sistemático da expulsão e dispersão (*sarambi*) forçada das famílias extensas do seu território tradicional. Durante esses *Aty Guasu*, ao mesmo tempo em que ocorriam discussões políticas, realizavam-se também rituais religiosos (*jeroky*) para o fortalecimento da luta pela recuperação das terras de ocupação tradicional. Foi desses *Aty Guasu* que, também em meados de 1970, começou o processo de retorno ao território pelas famílias expulsas e vieram as primeiras reivindicações de demarcação oficial das terras tradicionais junto ao governo e à justiça do Brasil. Essas reivindicações e lutas permanentes das lideranças do povo Guarani-Kaiowá começaram a gerar diferentes reações e posições entre os diversos agentes envolvidos em conflitos fundiários, tais como fazendeiros, instituições do Estado, Justiça Estadual e Federal, envolvendo órgãos policiais que perduram até os dias atuais que são relatados neste artigo.

5 O SIGNIFICADO VITAL DE TERRITÓRIO TRADICIONAL PARA O POVO GUARANI-KAIOWÁ

Em relação ao significado vital de *tekoha guasu*, território tradicional para o povo Guarani-Kaiowá, é preciso observar em detalhe o modo específico de seu relacionamento com os seres humanos invisíveis/

⁴ A própria Comissão Nacional da Verdade publicou em 2014 relatório que aponta para violações de direitos humanos empregadas em centros clandestinos contra indígenas em suas próprias terras, inclusive no Mato Grosso do Sul. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. PP. 320. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf

guardiões *yvy jara* (protetores/deuses) da terra, manifestados através de cantos e rituais diversos dos líderes espirituais. O respeito a esses seres humanos invisíveis guardiões *yvy jara* e a forma de diálogo com eles marca uma diferença muito importante em relação à percepção e ao uso dos recursos naturais da terra. Este é um aspecto fundamental e determinante da relação do povo Guarani-Kaiowá com os territórios antigos. Ao lutar pela recuperação dos territórios tradicionais, já nas terras reocupadas/retomadas, os Guarani-Kaiowá demonstram e acionam claramente a sua especificidade e condição de pertencimento étnico aos territórios de origem, conforme a sua religião própria.

Importa observar que o povo Guarani-Kaiowá tem ligação e conexão direta com os *tekoha*, os territórios específicos, considerando a si e aos territórios como uma só família, dado que esse território é visto como humano/mãe terra. Possui um forte sentimento religioso de pertencimento ao território específico, fundamentado em termos cosmológicos, sob a compreensão religiosa de que as famílias Guarani-Kaiowá foram destinadas, em sua origem como humanidade, a viver, a pertencer, a usufruir e a cuidar desse território específico, de modo recíproco e mútuo. Portanto, o povo Guarani-Kaiowá pode até morrer para salvar sua mãe terra. Há um compromisso irrenunciável entre ele e o guardião/protetor da mãe terra, há um pacto de diálogo e apoio recíproco: as famílias extensas Guarani-Kaiowá protegem e gerenciam os recursos da mãe terra; por sua vez, o guardião da terra vigia e nutre o povo Guarani-Kaiowá.

A compreensão dos *tekoha guasu*, espaços territoriais, pelos Guarani-Kaiowá tem uma concepção cosmológica específica e uma fundamentação cosmológica e histórica que se enraíza em tempos passados e segue no presente. Assim, o processo de luta antiga pela reocupação e recuperação dos territórios tradicionais é uma ação exclusivamente do povo Guarani-Kaiowá interconectada com os seres do cosmo Guarani-Kaiowá, ou seja, trata-se de uma concepção etnicamente diferenciada; eles sentem profundamente a importância de lutar, resistir e retornar ao seu específico *tekoha guasu*. Por isso, a recuperação das antigas terras é alcançada por meio de uma luta resistente e o retorno ao território, caracterizado como um movimento pacífico e religioso. Ou seja, trata-se de uma articulação comunitária e intercomunitária de diversos familiares, de casais de líderes anciãos religiosos.

Destaca-se igualmente o papel da organização de *Aty Guasu*, assembleia geral do povo Guarani-Kaiowá, realizada entre os líderes políticos e religiosos a partir do final dos anos 1970. Por fim, o que também

se deve ressaltar é a importância da continuidade histórica da luta religiosa e da longa resistência dos líderes do povo Guarani-Kaiowá pela recuperação dos *tekoha guasu* territórios que até enfrenta ações genocidas promovidas tanto pelas seguranças particulares quanto pelos policiais, como se seguem. Importa mencionar que já naquele tempo as lideranças indígenas solicitaram e solicitam ainda apoio aos órgãos policiais para proteger as suas famílias nas Terras Indígenas reocupadas, mas os pedidos foram e são ignorados pelas autoridades policiais, conforme as memórias e os relatos acessados ao longo da pesquisa.

6 REOCUPAÇÃO/RETOMADA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS ENTRE 1985 E 2024: ATAQUES, EXPULSÃO E VIOLÊNCIA CONTRA AS COMUNIDADES GUARANI-KAIOWÁ

É importante enfatizar que, no sul de Mato Grosso do Sul, do início dos anos 1980 até hoje, centenas de famílias extensas Guarani-Kaiowá, coordenadas por casais de líderes religiosos (*nãnderu e nãandesy*), passaram a reocupar/retomar uma parte dos territórios tradicionais *tekoha guasu*, invadidas e ocupadas de forma ilegal pelos grandes fazendeiros e empresários do agronegócio. Por causa disso, foram e são ainda recorrentes os ataques, massacres, ameaças de morte, diversos tipos de violência contra essas famílias/comunidades indígenas e, sobretudo, o uso de tortura e o assassinato de líderes, mais frequentes nos últimos 40 anos.

Esses ataques e expulsão forçada começaram no início de 1980 e ainda não cessaram, por isso as lideranças indígenas lutam contra a violência, reivindicando segurança e proteção policial para comunidades indígenas ameaçadas. Como veremos, entre 1980 e 2024, houve mais de duas dezenas de ataques armados tanto por fazendeiros e empresários contra as famílias/comunidades Guarani-Kaiowá. Relatos obtidos nas comunidades descrevem ataques a líderes indígenas, expulsos, massacre e assassinados por pistoleiros e seguranças particulares das fazendas, e mostram as condições sob as quais o povo Guarani-Kaiowá sobrevive, resiste e luta pela demarcação de suas terras desde 1980.

A seguir é apresentado o resumo da história de alguns ataques genocida às comunidades indígenas. Começamos pela história de violência, ataque armado e expulsão violentas promovidas contra as comunidades indígenas pelos jagunços dos fazendeiros juntamente com

policiais militares, ocorrida em março de 1985⁵. Uma liderança idosa vítima relembra e relatou detalhe a violência sofrida que segue traduzida:

No dia 02 de março de 1985, por volta das 12 horas, no tekoha Jaguapiré chegaram a nossas casas dois caminhões, os tratores e vários homens e policiais armados. Ao cercar as nossas casas, ordenaram para nós subir imediatamente na carroceria do caminhão. Os policiais já dominaram e amarraram crianças, mulheres, homens, e carregaram na carroceria do caminhão. Além disso, começaram a lançar tiros sobre nós, chutaram nas pernas dos homens. A minha perna foi fraturada pelos jagunços, a costela de meu irmão Amilto foi fraturado e desmaiado, e assim fui jogado na carroceria do caminhão. Enquanto isso, os dois tratores já começaram a destruir as nossas casas e nossas roças. Os homens karai já queimaram as nossas coisas. Assim, carregaram-nos amontoados na carroceria do caminhão e nos deixaram perto da Missão Evangélica Kaiowa, na entrada da reserva Sassoró. Dois dias depois, na reserva Sassoró, retornamos aos mesmos lugares no tekoha Jaguapiré, onde começamos a rezar, a resistir e lutar firme pela demarcação do tekoha Jaguapiré, onde vou ficar para sempre. (Silvio, na T.I. Jaguapiré)⁶

De fato, de forma violenta, quarenta (40) indígenas kaiowá foram retirados de suas terras e largados à margem da reserva Sassoró, no dia 02 de março de 1985. Esse despejo extrajudicial ou sem ordem judicial foi denunciado para Polícia Federal, através da Fundação Nacional dos Índios- FUNAI que foi amplamente divulgado na mídia local e nacional. As lideranças indígenas pediram investigação pela Polícia Federal e punição aos mandantes e autores dos crimes. Além disso, solicitaram segurança e proteção policial para comunidade massacrada.

Em virtude desse acontecimento e divulgação ampla na imprensa, na mesma semana de março de 1985, pela primeira vez as diversas autoridades estaduais e federais começaram a se envolver no conflito já

⁵ Material na íntegra e em original disponível em: BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando)**: o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional., Rio de Janeiro, 2014, p. 12.

⁶ As memórias recuperadas estão registradas em: BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando)**: o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu nacional., Rio de Janeiro, 2014, p. 14.

estabelecido de modo generalizado entre indígenas e fazendeiros pela posse da terra indígena Jaguapiré. Na época, a FUNAI comunicou às lideranças indígenas que essa violência promovida contra as famílias indígenas foi investigada pela Polícia Federal, mas os mandantes e autores dos crimes nunca foram julgados e punidos pela justiça até os dias atuais, segundo os relatos das lideranças idosas.

Importa destacar que, na mesma semana da expulsão dessas famílias, as lideranças se manifestaram e decidiram retornar à terra de onde foram expulsas, pedindo acompanhamento ou escolta da Polícia Federal e FUNAI, mas o pedido indígena foi ignorado e negado pelas autoridades. Diante disso, sem acompanhamento da equipe policial e FUNAI, no dia 06 de março de 1985, as famílias extensas kaiowa expulsas retornaram aos seus locais de estabelecimento no *tekoha* Jaguapiré. Ali, na área reocupada/retomada, as famílias recomeçaram a reconstrução de suas casas e roças destruídas. As lideranças lembraram que no final de março de 1985, na ocasião da reunião com autoridades federais reivindicaram presença de segurança policial na área reocupada, mas essa reivindicação indígena não foi atendida.

As lideranças recordaram que na sequência, três (03) anos depois, em fevereiro de 1988, os fazendeiros, por meio de advogado, conseguiram ordem de despejo judicial dos indígenas de seu território tradicional identificado Jaguapiré, que foram executados por agentes policiais militares⁷. De fato, em fevereiro de 1988, a solicitação dos fazendeiros foi deferida pela justiça estadual de Iguatemi-MS, por isso a ordem judicial era para retirar os indígenas da *tekoha*. Assim sendo, os fazendeiros conseguiram uma ordem judicial de despejo dos indígenas que reocuparam o *tekoha* Jaguapiré em março de 1985. O líder idoso Kaiowá, José, lembrou-se dessas ações do primeiro despejo judicial que foi executado pelos policiais militares e fazendeiros.

⁷ Detalhes deste caso podem ser acessados em: BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando):** o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu nacional., Rio de Janeiro, 2014, p. 100.

Lembro-me que de manhã cedo chegaram vários caminhões ao tekoha Jaguapire; nos quatro ônibus chegaram somente policiais com as armas. Os agentes policiais começaram a capturar e carregar as crianças, mulheres e homens nas carrocerias de caminhões. Além disso, queimaram as nossas casas. A forma de agir desses agentes policiais não difere muito da dos pistoleiros do fazendeiro Fuente: ambos utilizaram armas pesadas, queimaram as nossas casas, ameaçaram e assustaram crianças, mulheres e idosos, machucaram e carregaram-nos à força na carroceria de caminhões, as famílias foram levadas e despejadas na entrada da reserva Sassoró. (Líder Kaiowá José, na T.I. Jaguapiré)⁸.

Assim, a ordem judicial, a pedido dos fazendeiros, foi cumprida pelas forças policiais do estado de Mato Grosso do Sul. As pessoas da família liderada por José Benites foram levadas para a Reserva Indígena Sassoró, localizada a cerca de 30 km do *tekoha* Jaguapiré.

É importante destacar mais uma vez que o primeiro despejo sem ordem judicial ou extrajudicial dos indígenas (ocorrido no dia 02 de março de 1985) demonstra que a expulsão dos indígenas de seu território tradicional, e mais ainda, o modo extremamente violento como ele foi feito era algo comum na região. De fato, o fazendeiro demonstrou publicamente que os indígenas do *tekoha* Jaguapire podiam ser massacrados e despejados de seu lugar tradicional, sem ordem da justiça, sob o regime de violência e de ameaça de morte dos pistoleiros contratados e com indícios nos relatos de participação de policiais militares. Já em 1988, os fazendeiros, por meio de advogado, conseguiram duas ordens de despejo judicial dos indígenas de seu território, que foram executados de modo similar por agentes policiais juntamente com os fazendeiros. Desse modo, mais uma vez os fazendeiros demonstraram que os indígenas podiam também ser despejados legalmente de sua terra tradicional por ordem da justiça. Também é importante destacar que o modo como os despejos foram feitos não diferiam muito. Vários indígenas do *tekoha* Jaguapiré

⁸ As memórias recuperadas estão registradas em: BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando)**: o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu nacional., Rio de Janeiro, 2014, p. 102.

que foram vítimas dos despejos extrajudicial e judicial, ao relembrar e narrar histórias desses acontecimentos, nem conseguem distinguir com clareza se foram jagunços/pistoleiros das fazendas ou policiais militares os que agiram, fazendo violência e expulsão dos indígenas em fevereiro de 1988.

Assim fica evidente que o processo de despejo extrajudicial, sem ordem judicial dos indígenas de seus territórios tradicionais desde meados de 1980 até 2024 era e é ainda executado tanto pelos jagunços/pistoleiros dos fazendeiros quanto pelos policiais militares que continuam até os dias de hoje. Importa destacar ainda que nesse contexto histórico, ao mesmo tempo, desde 1985 as lideranças indígenas solicitaram proteção policial para as comunidades atacadas e, sobretudo continuam solicitando apoio a Polícia Federal para proteger as terras e o povo Guarani-Kaiowá em território conflituoso.

Como seguem trechos dos relatos traduzidos dos líderes indígenas, destacando vários ataques, despejos sem ordem judicial e a violência contra as famílias extensas Guarani-Kaiowá promovidos pelos pistoleiros/jagunços dos fazendeiros. Todos esses fatos ocorridos foram relatados para FUNAI, Polícia Federal e Ministério Público Federal, pedindo investigação policial, julgamento e punição aos criminosos e responsáveis para justiça, porém não ocorreu ainda, segundo os relatos das lideranças do povo Guarani-Kaiowá⁹. Como ficarão claros a seguir.

Uma liderança indígena relatou que no dia 19 de abril de 1998, mais de 100 indígenas voltaram a reocupar o território *tekoha* Potrero Guasu, município de Paranhos, na fronteira do Brasil com o Paraguai. Ao retornar ao território tradicional comunicaram o órgão indigenista federal, a Fundação Nacional dos Índios- FUNAI, pedindo para acionar Polícia Federal para vir ao território retomado, mas não foi atendido, segundo a liderança.

⁹ As memórias recuperadas estão registradas em: BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando):** o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu nacional., Rio de Janeiro, 2014, p. 123.

no mesmo dia da retomada comunicamos a FUNAI que a nossa comunidade estava fazendo retomada da terra *tekoha* Potrero, pedimos com urgência para FUNAI vir juntos com Polícia Federal para proteger nos dos ataques dos pistoleiros das fazendas, mas não compareceram na área retomada. Por isso insistimos em acionar a Polícia Federal. Os agentes da FUNAI e Polícia Federal demoraram e compareceram somente dois dias depois. No dia da retomada, só Polícia Militar compareceu com fazendeiros, nervosos ameaçando nos e pedindo para nos recuar e sair imediatamente da área retomada¹⁰.

As lideranças lembraram que um mês depois da reocupação da área Potrero Guasu, mais de três dezenas de seguranças particulares conhecidos como os “jagunços” ou “pistoleiros” das fazendas, fortemente armados, à noite atacaram e massacraram crianças, mulheres e idosos, fraturaram as pernas e os braços das crianças e das mulheres idosas, queimaram todas as habitações e expulsaram todas as famílias indígenas. Esse ataque a comunidade foi denunciado para FUNAI, Ministério Público Federal e Polícia Federal, pedindo acompanhamento policial das famílias ao retorno à área *tekoha*, mas o pedido não foi atendido, mesmo assim três dias depois os indígenas voltaram a reocupar o *tekoha* Potrero Guasu. Já da área retomada, mais uma vez foi enviado documento à FUNAI e Polícia Federal, solicitando segurança e proteção policial para comunidade ameaçada, porém não foi atendida pelas autoridades federais.

Em 2001, as famílias Guarani e Kaiowá do *tekoha* Ka’a Jaryi, no município de Amambai, pela segunda vez, retornaram ao *tekoha* tradicional, mas foram atacadas e retiradas pelos seguranças armados das fazendas. Famílias inteiras foram rendidas, amarradas e torturadas, e um líder foi assassinado a tiro pelos jagunços das fazendas. Esse fato ocorrido foi denunciado pelas lideranças indígenas para FUNAI, Polícia Federal e Ministério Público Federal, pedindo investigação policial, julgamento e punição aos responsáveis para justiça, mas não tiveram mais notícia do andamento da investigação policial desde 2001.

¹⁰ As memórias recuperadas estão registradas em: BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roiike jevy tekohape (Rezando e lutando):** o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus *tekoha*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu nacional., Rio de Janeiro, 2014, p. 127.

Os mandantes fazendeiros e autores dos crimes foram investigados pela Polícia Federal, mas nunca foram julgados, muito menos condenados como responsáveis para justiça federal.

Em 2005, em outro ataque genocida promovido pelos jagunços dos fazendeiros, os integrantes da comunidade indígena de terra indígena *tekoha Sombrerito*, no município de Sete Quedas, no estado de Mato Grosso do Sul, foram atacados, queimados, torturados e despejados por mais de 40 pistoleiros fortemente armados. O líder Dorival Benites¹¹ foi rendido, torturado e assassinado brutalmente pelos seguranças dos fazendeiros. Esse ataque armado ocorrido foi denunciado pelas lideranças indígenas para FUNAI, Polícia Federal e Ministério Público Federal, pedindo investigação policial, julgamento e punição aos assassinos pela justiça, mas não ocorreu julgamento e condenação dos responsáveis até os dias de hoje.

bem cedo chegaram 4 caminhões cheios de homens armados e começaram a lançar os tiros contra as nossas famílias. Mataram o líder Dorival Benites em frente às famílias¹²

Em 2005, no dia 24 de dezembro de 2005, centenas de comunidades indígenas foram atacadas e despejadas do *tekoha Nãnderu Marangatu* e seu líder, Dorvalino Rocha, assassinado por seguranças particulares no município de Antônio João, no estado de Mato Grosso do Sul. Dorvalino deixou quatro filhos. Esse assassinato ocorrido foi denunciado pelas lideranças indígenas para FUNAI, Polícia Federal e Ministério Público Federal, pedindo investigação policial, julgamento

¹¹ As memórias recuperadas estão registradas em: BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando):** o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu nacional., Rio de Janeiro, 2014, p. 183.

¹² Memórias da liderança registradas em: BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando):** o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu nacional., Rio de Janeiro, 2014, p. 185.

e punição aos assassinos pela justiça, que em 2023 ocorreu condenação do assassino somente 18 anos depois.

Depois de sofrermos a expulsão violenta de tekoha Marangatu, queimaram todas as nossas casas e destruíram a nossa plantação de mandioca e milho. Por isso passamos muita fome. No dia 24 de dezembro, o meu marido com meu filho pequeno foram buscar mandioca da roça, no momento em que o grupo de segurança particular das fazendas cercou e matou meu marido Dorvalino Rocha, a tiro de arma de fogo, mataram meu marido na frente de meu filho, depois o meu filho se sentiu tão triste e cometeu suicídio¹³

Em 2015, dez (10) anos depois, nessa mesma terra indígena *tekoha* Ñanderu Marangatu, a comunidade expulsa voltou a recuprar o *tekoha*, quando pistoleiros atacaram e assassinaram Semião Vilharva.

No dia 12 de setembro de 2024, pela terceira vez, a comunidade retornou a retomar *tekoha* Ñanderu Marangatu diante disso justiça deu ordem de interdito proibitório e ordenou os policiais militares-PM de MS para impedir o avanço de ocupação da área da fazenda Barra pelos indígenas. Na situação, os responsáveis pela morte do indígena jovem Neri da Silva o atacaram na Terra Indígena retomada Ñanderu Marangatu, município de Antônio João-MS¹⁴. Esse assassinato ocorrido foi denunciado pelas lideranças indígenas para FUNAI, Polícia Federal e Ministério Público Federal, pedindo investigação policial, julgamento e punição aos assassinos pela justiça. A investigação policial federal está em andamento. A equipe da Força Nacional de Segurança Pública permanece na Terra Indígena, conforme a solicitação das lideranças indígenas.

¹³ As memórias recuperadas estão registradas em: BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando):** o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu nacional., Rio de Janeiro, 2014, p. 184.

¹⁴ “Jovem indígena morre com tiro na cabeça durante retomada de terra: Neri Guarani Kaiowá morreu durante a retomada da Fazenda Barra”, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-09/jovem-indigena-morre-com-tiro-na-cabeça-durante-retomada-de-terra#:~:text=Neri%20Guarani%20Kaiow%C3%A1%2C%20de%2023,Guarani%20Kaiow%C3%A1%20na%20semana%20passada>

Em janeiro de 2007, no tekoha Kurusu Amba, os indígenas começaram a observar o movimento intenso de veículos e dos homens das fazendas:

Averiguamos que desde a manhã de 7 de janeiro, os fazendeiros notaram a nossa reocupação do tekoha. Por isso, observamos a circulação de homens a cavalo em nossa volta, vigiando-nos de longe. Notamos várias caminhonetes das fazendas, vindo e voltando em direção ao nosso acampamento. Assim, passaram os dois dias, somente três dias depois nos atacaram, quando nos espancaram e os pistoleiros assassinaram a minha mãe Xurite, na nossa frente¹⁵.

Ainda naquele ano, pela quarta vez, a comunidade retornou ao *tekoha* Kurusu Amba. Novamente, os pistoleiros atacaram, dominaram e torturaram crianças, mulheres e idosos, e mataram Ñandesy Xurite Lopes, mulher de 70 anos de idade.

Em 2009, a comunidade *tekoha* Ypo'i, no município de Paranhos, fronteira entre Brasil e Paraguai, foi reocupada por seus habitantes legítimos. Logo depois, os fazendeiros e mais de 50 pistoleiros atacaram e torturaram centenas de indígenas, assassinaram dois líderes, Rolindo Vera e Genivaldo Vera, e ocultaram seus cadáveres. Até hoje, os restos mortais de Rolindo não foram encontrados.

No dia 29 de outubro de 2009, tornamos a reocupar o tekoha Ypo'i. Dois dias depois, os pistoleiros da fazenda atacaram-nos, renderam-nos e nos expulsaram do tekoha Ypo'i, mataram dois professores e esconderam os cadáveres. Meu filho é o Rolindo Vera que deixou 4 crianças. Choro e choramos muito, toda vez que lembro de meu filho Rolindo. Em agosto de 2010, retornamos novamente ao tekoha Ypo'i, onde resistimos e

¹⁵ As memórias recuperadas estão registradas em: Maiores detalhes podem ser acessados em: Os trechos originais dos relatos e demais dispositivos de memória podem ser acessados em: BENITES, Tônico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando):** o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu nacional., Rio de Janeiro, 2014, p. 12.

lutamos, buscando o cadáver do Rolindo até hoje. Estamos resistindo e aguardando o cadáver do meu filho Rolindo Vera (relato da mãe de Rolindo Vera, em tekoha Ypo'i)¹⁶.

Esse fato de ataque genocida e assassinato e ocultação de cadáver indígena promovido pelos fazendeiros foi denunciado pelas lideranças indígenas para FUNAI, Polícia Federal e Ministério Público Federal, pedindo investigação policial, julgamento e punição aos responsáveis pela justiça, mas não tiveram mais notícia do andamento da investigação policial desde 2009.

No dia 18 de novembro de 2011, na terra indígena *Tekoha Guaiviry-Aral* Moreira, entre Amambai e Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul, crianças, mulheres, homens e anciãos indígenas foram atacados e torturados pelos pistoleiros das fazendas. O líder Nísio Gomes foi assassinado brutalmente e seu cadáver ocultado pelo grupo de homens armados. O cadáver do cacique Nísio continua desaparecido.

No dia 13 de novembro de 2011, reocupamos o tekoha Guaiviry. Cinco dias depois, os pistoleiros da fazenda atacaram-nos, torturaram-nos e mataram o meu pai, líder Nísio Gomes, levaram e esconderam o cadáver do meu pai. Diante de vários ataques e ameaças de morte sofridos, estamos aqui no tekoha Guaiviry, lutando e resistindo. Aqui rezamos, resistimos e lutamos até hoje. Estamos pedindo e buscando o cadáver de meu pai Nísio Gomes. Pedimos proteção da polícia federal também¹⁷.

É importante destacar que em duas terras reocupadas (*tekohas Ypo'i*, em 2009, e *Guaiviry*, em 2011) ocorreram homicídios promovidos pelos fazendeiros, com ocultação de cadáveres de líderes (Rolindo e

¹⁶ As memórias recuperadas estão registradas em: BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando)**: o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu nacional., Rio de Janeiro, 2014, p. 12.

¹⁷ As memórias recuperadas estão registradas em: BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando)**: o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu nacional., Rio de Janeiro, 2014, p. 183.

Nisio). Dezenas de outros líderes foram assassinados, deixando filhos e filhas, e mulheres viúvas nas terras reocupadas em clima de conflito. Com a morte dos companheiros, essas viúvas, juntamente com seus filhos, grande parte ainda crianças, passaram a sofrer mais violências, ou seja, violações a seus direitos, inclusive com ameaças de morte, sem, contudo, receberem a devida atenção por parte das autoridades e da justiça brasileira. Esse fato de ataque genocida e assassinato e ocultação de cadáver indígena promovido pelos fazendeiros foi denunciado pelas lideranças indígenas para FUNAI, Polícia Federal e Ministério Público Federal, pedindo investigação policial, julgamento e punição aos assassinos pela justiça, mas lideranças e familiares não tiveram mais notícia do andamento do processo na Justiça Federal. Os mandantes e autores de todos os crimes relatados foram investigados pela Polícia Federal, mas nunca foram julgados, muito menos condenados como responsáveis para justiça federal.

Em 2016, centenas de comunidades indígenas voltaram a reocupar o *tekoha Yvu*, no município de Caarapó, estado de Mato Grosso do Sul, onde ocorreu um ataque às famílias indígenas. Dezenas de jagunços das fazendas fortemente armados atacaram e massacraram crianças, mulheres e idosos. Como tantas vezes antes, os pistoleiros fraturaram as pernas e os braços das crianças e mulheres, feriram idosos, queimaram todas as habitações e expulsaram todos os indígenas, assassinando um dos líderes.

Aqui no *tekoha* Kunumi e Yvy, os fazendeiros feriram dezenas de pessoas e mataram meus dois filhos Clodiody e Jesus, o meu filho Jesus foi ferido e morreu depois, anos depois mandaram criminalizar e aprisionar o meu marido Leonardo. Perdi os meus dois filhos e meu marido foi preso, a mando dos fazendeiros. Sofremos maior injustiça, pedimos justiça¹⁸.

No dia 21 de maio de 2022 ocorreu o assassinato do jovem Alex Recarte Vasques Lopes, de 18 anos pelos pistoleiros dos fazendeiros na *tekoha* Jopara-Coronel Sapucaia-MS.

¹⁸ As memórias recuperadas estão registradas em: BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando)**: o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus *tekoha*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu nacional., Rio de Janeiro, 2014.

As lideranças e comunidades indígenas Guarani e Kaiowá em protesto contra o assassinato do jovem Alex Lopes retomou uma *tekoha* Jopará, parte da fazenda no município de Coronel Sapucaia (MS), na fronteira com o Paraguai, na madrugada do último domingo (22/05/2022). Após o assassinato do jovem Alex Recarte Vasques Lopes, de 18 anos, ocorrido no último sábado (21), as lideranças da Aty Guasu-Grande Assembleia Guarani Kaiowá publicou uma carta, lamentando o episódio e também o vasto histórico de violência de fazendeiros contra indígenas do povo Guarani Kaiowá.

De acordo com lideranças da comunidade, Alex teria deixado a reserva Taquaperi, em Coronel Sapucaia (MS), para buscar lenha numa área do entorno da terra indígena. No local, teria sido assassinado, e seu cadáver foi abandonado no Paraguai, em uma área a menos de dez quilômetros dos limites da aldeia indígena Takuapiri. A comunidade foi retomada e permanece no *tekoha* Jopará onde sofre cerco de ameaça de violência.

As lideranças lembram do ataque aéreo às comunidades da retomada Guapo'y Mirim-Amambai-MS: “no dia 24 de junho de 2022 ocorreu ataque aéreo via helicóptero policial, fez massacre a comunidade Guapo'y Mirim Tujury, ocorreu o assassinato de Vitor Fernandes pelos policiais militares. Pedimos investigação e punição aos assassinos.” (Relato da liderança indígena em junho de 2022).

O líder indígena Vitor Fernandes foi morto em confronto com policiais do estado de Mato Grosso do Sul no dia 24 de junho de 2022¹⁹. Relataram que essa ação de despejo foi executada sem mandado judicial e realizada por um grande contingente de policiais da tropa de choque da PM de Amambai (MS), que no episódio que resultou na morte de Vitor, indígena Guarani Kaiowá de 42 anos, e deixou pelo menos outros nove feridos por armas de fogo e projéteis de borracha, alguns com gravidade. A comunidade foi retomada e permanece no

¹⁹ “Indígenas foram as principais vítimas de conflitos no campo em 2022”, disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-04/indigenas-foram-principais-vitimas-de-conflitos-no-campo-em-2022#:~:text=No%20local%2C%20emboscadas%20e%20persegui%C3%A7%C3%B5es,deixou%20mais%2015%20pessoas%20feridas>.

tekoha comunidade Guapo'y Mirim Tujury-Amambai onde sofre cerco de ameaça de violência. Por isso, as lideranças indígenas exigem segurança e proteção policial para essa comunidade ameaçada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ocorreram mais ataques às comunidades indígenas Guarani-Kaiowa entre 2019 e 2022. (relato da liderança da organização Aty Guasu)²⁰.

Importa destacar que em 2019, após a posse de Jair Bolsonaro, Presidente do Brasil, passou a estimular políticas e atos violentos praticados pelo órgão indigenista, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que suspendeu ações de assistência social e proteção às comunidades das terras indígenas. Por isso, entre 2019 e 2022, aumentaram os ataques às comunidades indígenas, quando dezenas de comunidades sofreram mais ataques, expulsão e suas casas de reza foram incendiadas. Entre 2019 e 2022, mais de sete comunidades indígenas Guarani-Kaiowá foram atacadas e suas casas incendiadas pelos fazendeiros.

No entanto, os autores e mandantes não foram investigados e responsabilizados pela justiça do país. Em decorrência disso, todas as comunidades correram o risco iminente de sofrer novos ataques, viveram em clima de insegurança, cercados pela ameaça de morte. Assim, entre 2019 e 2022, tanto o governo federal quanto os fazendeiros seguiram acoassando sem trégua as comunidades de todas as terras indígenas reocupadas e em litígio no sul do Mato Grosso do Sul. Miséria e fome extremas foram visíveis nessas terras. É evidente que essa gestão do governo federal apoiou e acelerou o processo de genocídio contra o povo Guarani-Kaiowá.

²⁰ As memórias recuperadas estão registradas em: BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando)**: o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu nacional., Rio de Janeiro, 2014, p. 188.

Dessa forma, ao longo de quatro décadas, as lideranças indígenas pediram e pedem reiteradamente justiça para efetuar o julgamento e a punição aos mandantes e autores dos crimes cometidos contra comunidades indígenas. Tendo em vista que há impunidade precedente permitida como também fomentada em parte pelo próprio sistema de poder judicial, policiais e, sobretudo pelo poder político e econômico dominante no extremo sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Durante quatro (04) décadas o direito constitucional indígena às terras de ocupação tradicional e a proteção da vida e cultura indígena já garantidos na Constituição Federal de 1988 vem sendo claramente ignorado e aviltado em Mato Grosso do Sul.

Avaliamos que ocorreram menos ataques às comunidades indígenas Guarani e Kaiowa entre 2023 e 2024, pois a equipe da Força Nacional chegou nas tekoha. (Relato da liderança da organização *Aty Guasu*)²¹.

Por fim é importante destacar os relatos das lideranças indígenas que, entre 2023 e 2024, na gestão atual do Governo Federal, uma das reivindicações antigas das lideranças foi e é ainda atendida, que é a presença da equipe policial para atuar e proteger as comunidades/famílias nas Terras Indígenas em litígio. Segue relato traduzido da liderança da organização *Aty Guasu* Guarani-Kaiowá:

A partir de 2023, retornamos a solicitar para autoridades federais a presença permanente da polícia nas Terras Indígenas retomadas em conflito para fazer segurança e proteção policial das comunidades ameaçadas, que finalmente foi atendida pelo governo federal, por isso a equipe da Força Nacional começou a atuar juntamente com equipe da FUNAI. Ao longo de 2024, todas as vezes que acionamos a polícia federal, a equipe da polícia da Força Nacional foi enviada às Terras Indígenas, isso é muito importante. Por isso os pistoleiros das fazendas

²¹ As memórias recuperadas estão registradas em: BENITES, Tônico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando)**: o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu nacional., Rio de Janeiro, 2014.

não assassinaram mais indígenas. Assim as comunidades se sentem com segurança. Continuamos pedindo a permanência da equipe da polícia da Força Nacional em todas as Terras Indígenas, que já é nossa reivindicação antiga. (relatos da liderança da organização Aty Guasu Guarani-Kaiowá, março de 2025)²²

Esses últimos relatos das lideranças indígenas confirmam que a partir de 2023, o Governo Federal começou a atender uma das reivindicações da organização indígena Aty Guasu Guarani-Kaiowá, enviando a equipe da Força Nacional da Segurança Pública às Terras Indígenas conflituosas. De fato, essa atenção dada pelo Governo Federal para demandas antigas das lideranças indígenas é essencial para garantir a segurança e proteção às comunidades e Terras Indígenas Guarani-Kaiowá em ameaça. Tendo em vista que ocorreram e ocorrem ainda os ataques genocidas, de massacre e assassinato de líderes Guarani-Kaiowá, dentre outras violações de direitos indígenas, promovidos pelos fazendeiros, conforme relatados e denunciados pelas lideranças indígenas, que exigem e exigirão atenção merecida com urgência pelos governos e justiça do Brasil para proteger a vida da comunidade indígena Guarani-Kaiowa.

8 REFERÊNCIAS

BENITES, T. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando)**: o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha -- Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2014.

BENITES, T. El genocidio Guaraní-Kaiowá en curso. In: VILLAMIZAR, C. S.; RAMOS, A. R. (Org.). **Genocídios indígenas en América Latina**. 1ed. Bogotá: ICANH; Copenhague: UNR Editora Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2023, v. 1000, p. 247-266, 2023.

²² As memórias recuperadas estão registradas em: BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando)**: o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu nacional., Rio de Janeiro, 2014.